

DOI: 10.46943/XI.CONEDU.2025.GT17.009

ABORDAGEM DA ACESSIBILIDADE URBANA E DO DESENHO UNIVERSAL NA FORMAÇÃO DE ARQUITETOS E URBANISTAS EM CAMPOS DOS GOYTACAZES/RJ

Yanka Ribeiro Ramos Maciel¹Sergio Rafael Cortes de Oliveira²

RESUMO

O crescimento acelerado das cidades, especialmente após a era industrial, foi marcado pela falta de planejamento urbano, gerando sérios problemas de mobilidade que persistem até hoje. Esse crescimento desordenado resultou na segregação de partes da sociedade que não foram beneficiadas pelas mudanças, exacerbando desigualdades sociais. Com o aumento da densidade populacional nas cidades, é crucial reconhecer a diversidade de indivíduos, considerando suas diferentes necessidades e características para garantir igualdade e dignidade a todos. A acessibilidade e a inclusão social são questões essenciais para que os cidadãos possam usufruir do direito à cidade de forma plena, com bem-estar, segurança e autonomia. Nesse contexto, arquitetos e urbanistas desempenham um papel central, já que seus projetos podem transformar o espaço urbano. Assim, a presente pesquisa tem como objetivo verificar como se dá a abordagem da acessibilidade urbana e do desenho universal nos cursos de Arquitetura e Urbanismo

1 Mestranda pelo Curso de Arquitetura, Urbanismo e Tecnologias do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense – IFFluminense, yankarq@gmail.com.

2 Doutor pelo Curso de Engenharia Civil da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro – UENF, sergio.oliveira@iff.edu.br.

em Campos dos Goytacazes/RJ. A hipótese principal é que o ensino atual dá ênfase às normas obrigatórias, sem explorar adequadamente abordagens criativas e inovadoras para atender às demandas de acessibilidade de forma mais empática. Esta pesquisa aplicada, de caráter descritivo e de abordagem quali-quantitativa, utilizou como procedimentos metodológicos a pesquisa bibliográfica, buscando entender conceitos e produtos do tempo histórico a partir das perspectivas de Lefebvre (2001), Carletto e Cambiaghi (2007), Dorneles (2015), entre outros autores, e a pesquisa documental, por meio de análises das legislações educacional e profissional, e dos projetos pedagógicos e das matrizes curriculares dos três cursos de Arquitetura e Urbanismo do município de Campos dos Goytacazes/RJ (UNIFLU, IFFluminense e ISE-CENSA). Diante dos resultados alcançados, foi percebido que existe uma escassez enorme na abordagem da temática nos cursos, o que pode reverberar na formação profissional do discente.

Palavras-chave: Acessibilidade urbana, Desenho universal, Arquitetura e Urbanismo, Ensino.

INTRODUÇÃO

O crescimento das cidades, marcado fortemente pela era industrial, reverberou em uma produção do espaço acelerada, que buscava o pronto atendimento das necessidades de grupos dominantes. É importante destacar que a falta de planejamento acarretou problemas sérios, principalmente no que tange à mobilidade urbana, que são enfrentados até os dias atuais pelos cidadãos. Essa situação, por sua vez, desencadeia em uma segregação das partes que não foram contempladas com esse crescimento exacerbado.

Ao passo que a sociedade evoluiu e a densidade populacional das cidades tem aumentado cada vez mais, é preciso reconhecer a diversidade dos indivíduos, diante de tantas características que os distinguem. Essa pluralidade precisa ser considerada seriamente com sensibilidade e empatia para garantir que as pessoas desfrutem de espaços que proporcionem igualdade e dignidade a todos.

Nesse sentido, destacam-se as questões inerentes à acessibilidade e à inclusão social. São necessárias ações que envolvam esses temas de modo que os cidadãos desfrutem de seu direito à cidade com bem-estar, segurança e autonomia.

Os arquitetos e urbanistas são profissionais capazes de interferir na produção do espaço urbano, por atuarem na modificação dos perfis edificáveis, por meio de seus projetos e gestão. Percebe-se que a preocupação com a acessibilidade e a inclusão social é recente e utilizada à medida em que é cobrada pela NBR 9050 (ABNT, 2020), norma que trata sobre acessibilidade. Dessa forma, é visto que muitos projetos só consideram a acessibilidade e os meios de inclusão, quando é solicitada alguma alteração na área já edificada, o que provavelmente não aconteceu em sua concepção, uma vez que a norma é recente.

Entendendo que os reflexos disso podem ser consequência também da formação acadêmica, reitera-se a necessidade de uma abordagem que dê mais ênfase na acessibilidade e no desenho universal nos cursos

de Arquitetura e Urbanismo, para que ofereça subsídios para uma prática profissional mais empática e de qualidade.

Por mais que essa pesquisa busque tratar sobre a acessibilidade, é preciso entender a abrangência do termo para verificar se os resultados serão satisfatórios, diante de seu conceito. Assim, os termos serão tratados neste trabalho, de modo que um venha a complementar o outro, de acordo com o momento mais adequado. Enquanto o desenho universal abrange a concepção de projetos para uso universal, a acessibilidade trata, por meio de normas e diretrizes, de que um lugar seja acessível, o que não quer dizer que sua concepção foi visando a universalidade.

Esta pesquisa parte do problema: de que maneira acontece a abordagem da acessibilidade urbana e do desenho universal nos cursos de Arquitetura e Urbanismo de Campos dos Goytacazes/RJ?; e da hipótese de um ensino incipiente nos cursos, que dão ênfase às determinações obrigatórias das normas vigentes e pouco exploram as concepções que atendam a todos de forma criativa e inovadora.

Assim, tem-se como objetivo geral verificar como se dá a abordagem da acessibilidade urbana e do desenho universal nos cursos de Arquitetura e Urbanismo em Campos dos Goytacazes/RJ, permitindo estabelecer uma articulação entre a abordagem teórica, em disciplinas projetuais obrigatórias que contemplem a produção do espaço público, e a prática, para contribuir com uma formação em que haja consonância entre estudos teóricos e concepções centradas no usuário.

Considera-se que a Arquitetura e o Urbanismo podem contribuir com o planejamento e o desenvolvimento das cidades, em especial, no âmbito da oferta de uma acessibilidade efetiva, proporcionando a inclusão de pessoas com deficiência e/ou mobilidade reduzida. Dessa forma, essa área pode contribuir com a garantia de oportunidades para todos os cidadãos, bem como tornar as cidades mais inclusivas e seguras, conforme propõe o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 11, contemplado na agenda 2030, da Organização das Nações Unidas (ONU, 2018).

Para além dessas questões, esta pesquisa justifica-se pela necessidade de dar condições de ir, vir e de participação de todos na vida urbana,

garantindo a equidade e a justiça social, bem como destacar o papel importante dos arquitetos e urbanistas para que isso aconteça, desde que sejam preparados com um ensino sólido, funcional, estético e empático.

Seguindo os critérios de classificação metodológica propostos por Gil (2019), esta pesquisa é aplicada quanto a sua natureza, descritiva quanto ao seu objetivo, e mista (quali-quantitativa) quanto à abordagem do problema. No que tange aos procedimentos técnicos utilizados, é classificada como bibliográfica e documental.

Foi realizada uma pesquisa bibliográfica sobre a acessibilidade e o desenho universal, correlacionando-os com o processo de urbanização no Brasil; além de uma pesquisa documental para verificação das legislações educacional e profissional e para análise dos currículos de Arquitetura e Urbanismo, das instituições de Campos dos Goytacazes/RJ, por meio de cada Projeto Pedagógico de Curso (PPC), incluindo suas matrizes. A forma de análise é semelhante à utilizada por Machado, Melo e Oliveira (2021), que tratou do mesmo curso oferecido nas instituições da cidade, porém com foco em outra temática.

Nas análises feitas, notou-se que a temática, embora atual e de extrema pertinência, não é abordada com tanta ênfase e continuidade nas instituições pesquisadas, sobretudo, em um dos cursos analisados, que não possui abordagem em formato de disciplinas obrigatórias e optativas, embora existam menções do tema nos objetivos gerais do curso.

A pesquisa busca trazer reflexões acerca da escassez no tratamento da acessibilidade e do desenho universal, de modo que novas pesquisas possam levantar, bem como sugerir estratégias e formatos para uma abordagem mais consistente.

METODOLOGIA

A presente pesquisa apresenta como recorte territorial a cidade de Campos dos Goytacazes, que é um polo universitário no interior do Estado do Rio de Janeiro, e recebe pessoas de diversas cidades vizinhas para os

estudos; além de ser contemplada por três instituições, sendo duas privadas e uma pública, que oferecem o curso de Arquitetura e Urbanismo: Centro Universitário Fluminense (UNIFLU), Institutos Superiores de Ensino do CENSA (ISECENSA) e Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense (IFFluminense). Esta, por sua vez, oferta o curso de Pós-graduação *lato sensu* em Cidades e suas Tecnologias, do qual resulta este estudo.

Para a realização de parte da pesquisa documental, além dos Projetos Pedagógicos dos Cursos, analisaram-se as suas matrizes curriculares. Para tal, foram escolhidos termos-chave (buscadores), conforme o procedimento metodológico empregado por Machado, Melo e Oliveira (2021), como: “acessibilidade”, “acessibilidade urbana”, “acessível” e “desenho universal”. Nas três instituições não foram encontradas disciplinas cujos títulos mencionassem algum dos buscadores de forma isolada. Dessa forma, a pesquisa contemplou além dos títulos, a análise das ementas e bibliografias das disciplinas. Para não restringir a busca apenas às condicionantes mencionadas e captar resultados que não abarcassem o tema diante de sua vastidão, buscou-se selecionar os componentes que apresentassem características dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, da ONU, em particular, o item 11.7, que versa sobre o acesso dos espaços públicos para todos, com oportunidades iguais, seguindo preceitos sustentáveis, de segurança e acessibilidade, especialmente para pessoas em situações de vulnerabilidade, até 2030 (Organização das Nações Unidas, 2015).

Os critérios para seleção das disciplinas seguiram os procedimentos adotados por Machado, Melo e Oliveira (2021), determinando as que tratavam o tema com maior abrangência e quanto à condição de oferta. Conforme é descrito no Quadro 1, a primeira classificação se deu em: disciplinas inclusivas, que são aquelas que abordam o tema da acessibilidade e do desenho universal, mas abrangem outros assuntos; e disciplinas exclusivas, que em sua totalidade, abordam o tema. A segunda classificação se volta para as disciplinas cursadas por opção do discente, as optativas/eletivas, e as obrigatórias para a sequência do curso.

Quadro 1 - Classificação das disciplinas.

Classificação	Definição
Quanto à importância dada ao tema	
Inclusivas	Disciplinas que tratam o tema além de outros assuntos
Exclusivas	Disciplinas que tratam apenas do tema
Quanto à condição de oferta da disciplina	
Optativas/eletivas	Abordam o tema, porém o discente pode escolher cursá-la ou não
Obrigatórias	Abordam o tema e faz parte dos pré-requisitos para integralização do curso

Fonte: Adaptado de Machado, Melo e Oliveira, 2021.

Já no Quadro 2 buscou-se filtrar as disciplinas que tratam o tema com vistas à promoção de uma cidade que oportuniza seus espaços a todos, uma vez que o curso de Pós-graduação *lato-sensu* em Cidades e suas tecnologias, do qual resulta este trabalho, aborda as cidades e concepções do espaço urbano.

Quadro 2 - Classificação da proposta quanto à abordagem do tema no cenário urbano.

Quanto à abordagem do tema no cenário urbano	
Não tratam do tema com relação ao urbano	Disciplinas que abordam o tema, mas não envolvem a aplicação dele no cenário urbano
Tratam do tema com relação ao urbano	Disciplinas que abordam o tema e envolvem a aplicação dele no cenário urbano

Fonte: Adaptado de Machado, Melo e Oliveira, 2021.

Após isso, foi determinado um critério de qualificação das disciplinas, baseando-se no procedimento apresentado por Machado, Melo e Oliveira (2021) por meio de categorias associadas às classificações listadas no Quadro 1 (importância dada ao tema e condição de oferta da disciplina). Dessa forma, definiu-se uma divisão em quatro diferentes classes qualificadoras, conforme o Quadro 3, sendo elas: C1, C2, C3 e C4.

As classes de maior valor são as que apresentam apontamentos mais favoráveis quanto à condição de oferta do curso (obrigatórias), uma vez que elas asseguram que o discente terá contato com o conteúdo abordado para a integralização do curso; as classes de menor valor são assim

classificadas pela apresentação desfavorável à condição de oferta do curso (optativas/eletivas).

Quadro 3 – Classes qualificadoras.

Classe	Quanto à importância do tema	Quanto à condição de oferta da disciplina
C1	Inclusiva	Optativa/eletiva
C2	Exclusiva	Optativa/eletiva
C3	Inclusiva	Obrigatória
C4	Exclusiva	Obrigatória

Fonte: (Adaptado de Machado, Melo e Oliveira, 2021.)

A fim de preservar os nomes das instituições, uma vez que os resultados obtidos são apenas para tratamento científico, sem pretensão de comparações, adotou-se nomenclatura genérica para cada uma, baseando-se no que foi utilizado por Machado, Melo e Oliveira, (2021), sendo elas: Instituição X, Y e Z (nomenclaturas em ordem aleatória).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Conforme mencionado anteriormente, o trabalho teve como procedimentos metodológicos, as pesquisas bibliográfica e documental. No caso da pesquisa bibliográfica, a coleta de informações se deu pela consulta em livros, dissertações, teses e artigos científicos; já no caso da pesquisa documental, a coleta aconteceu em legislações educacional e profissional, além dos Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPCs) com as matrizes curriculares dos cursos de graduação em Arquitetura e Urbanismo de Campos dos Goytacazes/RJ.

PESQUISA BIBLIOGRÁFICA

Ainda que a pesquisa aborde os termos “acessibilidade” e “desenho universal”, é preciso conceituá-los para que haja a compreensão de seus

pontos de similaridade, abrangências e divergências, por mais que pareça se tratar da mesma finalidade.

Enquanto a acessibilidade arquitetônica busca assegurar os direitos de apenas um grupo de pessoas, como é o caso das pessoas com deficiência e mobilidade reduzida, seguindo critérios e normas, com vistas a garantir a segurança de mobilidade delas, o desenho universal tem um alcance maior, e visa criar estratégias que atendam a todos, promovendo assim, a inclusão social (Queiroz, 2023).

Dorneles (2013) acredita que, para a concepção de projetos, o termo mais adequado a se usar seja o “desenho universal”, embora a diferença entre eles seja uma questão conceitual.

É necessário entender em qual momento na história a diversidade passou a ser observada sob a ótica da necessidade de concepções que abrangessem a todos. A massificação imobiliária, seguindo os mesmos padrões, após a Revolução Industrial, despertou um questionamento de que os imóveis seguiam um mesmo padrão, já seus usuários, são distintos e muitos destes imóveis não atendiam às necessidades dos mesmos usuários. A indagação era a larga produção com características únicas nas edificações para serem habitadas por pessoas que possuem características distintas (Carletto; Cambiaghi, 2007).

Lefebvre (2001) atribui a ocupação urbana acelerada ao processo de industrialização, e aponta os inúmeros conflitos gerados por este, em especial, os de uso e ocupação do solo, os de mobilidade urbana e da ausência de condições que favorecessem o acesso de pessoas com deficiência.

Pautados na ideia de que o “usuário padrão” muitas vezes não é o “usuário real”, em 1961, países como Estados Unidos, Japão, e demais nações europeias, se reuniram na Suécia para tratarem da reformulação dos conceitos de *design*, com a ideia de que o conforto do usuário está atrelado a características pessoais como constituição, peso, altura, habilidade e força. Esse encontro resultou na criação da comissão denominada “*Barrier Free Design*”, grupo com foco no desenvolvimento de mobiliá-

rios, imóveis, equipamentos e espaços públicos acessíveis a pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida. Logo após, tais ações foram aprofundadas pelos Estados Unidos que, com a pretensão de atender a todos, de maneira universal, ampliou seu alvo e mudou o nome para “universal design” (Carletto; Cambiaghi, 2007).

Já no Brasil, a discussão do tema aconteceu um pouco mais tarde. Segundo Carletto e Cambiagui (2007):

um debate incipiente sobre esse tema teve início em 1980, com o objetivo de conscientizar profissionais da área de construção. Um ano depois, em 81, foi declarado o Ano Internacional de Atenção às Pessoas com Deficiência e, essa discussão mundial, acabou repercutindo por aqui, o que deu mais corpo ao debate sobre o Desenho Universal. Naquele ano, por conta da conjuntura internacional, foram promulgadas algumas leis brasileiras para regulamentar o acesso para todos garantindo que a parcela da população com deficiência ou mobilidade reduzida tivesse as mesmas garantias que todos os cidadãos, visto que pagam os mesmos impostos. Em 1985, foi criada a primeira norma técnica brasileira relativa à acessibilidade, “Acessibilidade a edificações, mobiliários, espaços e equipamentos urbanos à pessoa portadora de deficiência”. Em 1994, essa norma passou por uma primeira revisão [...] (Carletto; Cambiagui, 2007, p. 8).

O Brasil, nos últimos anos, apresentou grandes avanços na ampliação dos direitos das pessoas com deficiência. Em 2008, a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, imposta pela Organização das Nações Unidas e seu protocolo facultativo, foi ratificada pelo país, com *status* de emenda constitucional. Esse ato foi o primeiro tratado internacional recebido pelo Brasil e utilizou pela primeira vez o §3º do artigo 5º da Constituição Federal. Isso significou que o documento passou a contar com um capítulo dedicado aos direitos das pessoas com deficiência (Brasil, 2015).

Com base na Convenção da ONU sobre os direitos das pessoas com deficiência, foi instaurada a Lei nº 13.146, Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).

Tendo em vista o art 3º da referida lei, os dois primeiros itens consideram:

I – acessibilidade: possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como de outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privados de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida;

II – desenho universal: concepção de produtos, ambientes, programas e serviços a serem usados por todas as pessoas, sem necessidade de adaptação ou de projeto específico, incluindo os recursos de tecnologia assistiva; [...] (Brasil, 2015, p. 2).

Sobre o direito à cidade, respeitando as diversidades nela presentes, Henri Lefevbre (2001, p. 22) pontua que “A vida urbana pressupõe encontros, confrontos das diferenças, conhecimentos e reconhecimentos recíprocos (inclusive no confronto ideológico e político) dos modos de viver, dos “padrões” que coexistem na Cidade”.

Desse modo, para que os encontros aconteçam e todos tenham acesso à vida existente na cidade, faz-se necessário que haja capacitação profissional de modo que sejam adotadas práticas de acessibilidade urbana e de desenho universal, seja pelas pessoas responsáveis pela gestão urbana, quanto pelos profissionais responsáveis pela produção do espaço urbano.

O exercício profissional do arquiteto e urbanista é regulamentado pela Lei nº 12.378, de 31 de dezembro de 2010 (Brasil, 2010) e em relação à acessibilidade, um dos campos de atuação corresponde a:

V – do Planejamento Urbano e Regional, planejamento físico-territorial, planos de intervenção no espaço urbano, metropolitano e regional fundamentados nos sistemas de infraestrutura, saneamento básico e ambiental, sistema viário, sinalização, tráfego e trânsito urbano e rural, acessibilidade, gestão territorial e ambiental, parcelamento do solo, loteamento, desmembramento, remembramento, arruamento, planejamento urbano, plano diretor, traçado de cidades, desenho urbano, sistema viário, tráfego e trânsito urbano e rural, inventário urbano e regional, assentamentos humanos e requalificação em áreas urbanas e rurais (Brasil, 2010a, p. 1).

As resoluções CNE/CES nº 2, de 17 de junho de 2010 (Brasil, 2010b), e CNE/CES nº 2, de 24 de abril de 2019 (Brasil, 2019), que instituíram as Diretrizes Curriculares Nacionais do

Curso de Bacharelado em Arquitetura e Urbanismo e as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Engenharia, sofreram alterações por meio do Parecer CNE/CES nº 948/2019, aprovado em 9 de outubro de 2019. Tais alterações se deram devido à obrigatoriedade da inserção, nas matrizes dos cursos de Arquitetura, Engenharia e cursos correlatos, da disciplina de desenho universal, no ano de 2020. Dessa forma, o Núcleo de conhecimentos de Fundamentação deve ser estruturado, de modo que possa ser composto pelo saber “Desenho Universal e Meios de Representação e Expressão”.

Em relação à produção dos espaços públicos, as Diretrizes Curriculares dos Cursos de Arquitetura e Urbanismo (Brasil, 2025, p. 14) apontam que o curso de Arquitetura e Urbanismo deverá proporcionar condições para que o formando seja capaz de “[...] reconhecer as necessidades dos usuários, formular, analisar e resolver, de forma criativa, os problemas de Arquitetura, de Urbanismo e da Arquitetura da Paisagem [...]” e de desenvolver:

[...] VIII – as habilidades e competências necessárias e os conhecimentos especializados para conceber projetos e executar obras de Arquitetura, Urbanismo e Arquitetura da Paisagem em todas as suas escalas, de modo a incorporar as exigências culturais, econômicas, estéticas, técnicas, ambientais, de segurança, de desempenho, de ergonomia, de construtibilidade e de acessibilidade e mobilidade dos usuários; [...] (Brasil, 2025, p. 14).

Embora muitos profissionais de Arquitetura e *Design Urbano* se mostrem entendedores de que projetar para todos envolva também a criação de espaços acolhedores e afetivos, a ideia de acessibilidade plena nem sempre é priorizada em seus projetos, o que demonstra que essas ideias ainda são pouco abordadas por esses profissionais (Duarte; Cohen, 2018).

Diante do exposto, nota-se a importância da temática por verificar que seus conceitos abrangem as competências dos arquitetos e urbanistas e reforça a importância de um ensino consistente para que, após

formado, o profissional tenha uma atuação voltada às questões teóricas e práticas que promovam uma cidade mais justa, digna e acessível.

PESQUISA DOCUMENTAL

De modo a ampliar os critérios de busca, a pesquisa documental foi realizada utilizando os termos-chave e verificando as convergências do tema com o item 11.7 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU. Dos cursos analisados, apenas dois mencionam a acessibilidade e o desenho universal. A maior parte das disciplinas não aborda o tema em seus títulos, portanto, as análises se deram com base nas menções do tema nas suas ementas e bibliografias. Destaca-se que a menção na descrição da ementa não é garantia da efetivação da prática curricular, uma vez que vários fatores podem influenciar nesta, como linha de aderência do docente, proposta pedagógica etc. Além disso, a falta de menção explícita também não significa que o tema não seja trabalhado nos componentes curriculares.

Para além das disciplinas, nos textos dos PPCs foram encontradas correlações com o tema.

O PPC do Centro Universitário Fluminense (UNIFLU) propõe a criação de núcleos por área, para verificar as abordagens dos conteúdos curriculares, garantindo a consonância com os demais. No documento são apontados quatro, e todos contemplam os conceitos mencionados na NBR 9050 (ABNT, 2020) (Núcleo de Representação e Linguagem, Núcleo de Projeto e de Estudos Urbanos e Regionais, Núcleo de teoria e história da Arquitetura, do Urbanismo e do Paisagismo e Núcleo de Tecnologia), visando tratar da acessibilidade e mobilidade urbana, com vistas à contribuição de delinear uma cidade acessível e inclusiva (UNIFLU, 2016).

Já o IFFluminense, que teve o seu PPC reformulado em 2020, conta com objetivos específicos que visam desenvolver nos discentes habilidades na concepção de projetos que considerem o usuário, o espaço urbano, o uso e a ocupação do solo, a acessibilidade, as questões sociais, a inclu-

são, além da relação da cidade com a arquitetura, o planejamento urbano (IFFluminense, 2020).

No PPC dos Institutos Superiores de Ensino do CENSA (ISECENSA) há menção ao objetivo de formar profissionais aptos a entender e atender às necessidades, na idealização, organização, gestão e construção de espaços internos e externos, *design* urbano e planejamento urbano e regional, das pessoas, dos grupos sociais diversos e comunidades. Além disso, destaca a finalidade do curso em valorizar uma visão de futuro mais digno e inclusivo para todos (ISECENSA, s.d.).

A Tabela 1 apresenta os quantitativos das disciplinas encontradas, de acordo com suas respectivas classificações.

Tabela 1 – Classificações e quantitativos de disciplinas por instituição.

Instituição X		
Quanto à importância do tema	Quanto à condição de oferta da disciplina	Quanto à abordagem do tema no cenário urbano
Inclusivas: 08	Optativas/eletivas: 01	Abordam: 0
	Obrigatórias: 07	Abordam: 03
Exclusivas: 01	Optativas/eletivas: 01	Abordam: 01
	Obrigatórias: 0	Abordam: 0
Instituição Y		
Quanto à importância do tema	Quanto à condição de oferta da disciplina	Quanto à abordagem do tema no cenário urbano
Inclusivas: 02	Optativas/eletivas: 0	Abordam: 0
	Obrigatórias: 02	Abordam: 01
Exclusivas: 01	Optativas/eletivas: 0	Abordam: 0
	Obrigatórias: 01	Abordam: 01
Instituição Z		
Quanto à importância do tema	Quanto à condição de oferta da disciplina	Quanto à abordagem do tema no cenário urbano
Inclusivas: 0	Optativas/eletivas: 0	Abordam: 0
	Obrigatórias: 0	Abordam: 0
Exclusivas: 0	Optativas/eletivas: 0	Abordam: 0
	Obrigatórias: 0	Abordam: 0

Fonte: Adaptada de Machado, Melo e Oliveira, 2021.

Diante das análises, percebeu-se que na Instituição X, quatro disciplinas abordam questões urbanas; na Instituição Y, duas; enquanto na Instituição Z não foi abordada em disciplinas específicas. As abordagens propõem a verificação dos impactos dos projetos propostos, no cenário urbano, a valorização e a integração dos mesmos com os produtos das disciplinas, bem como as relações entre o edificável e o contexto urbano; formas, usos e interlocuções com os espaços. Foi verificada uma abordagem da acessibilidade e do desenho universal centrada nos produtos das disciplinas, que, em sua maioria, são projetos residenciais e comerciais.

Verifica-se uma fragilidade na abordagem da temática, em um cenário tão importante para a vida social, para o contexto urbano. Ressalta-se que para o pleno funcionamento dos produtos propostos pelas disciplinas, é necessário que o direito à cidade seja garantido aos cidadãos e que essa preocupação poderia nortear a prática projetual centrada nas propostas, uma vez que forneceria subsídios para estas.

Tratando os resultados das análises de forma isolada, por instituição, verifica-se que na Instituição X, de um total de 56 disciplinas (sendo 49 obrigatórias e 2 optativas/eletivas que precisam ser integralizadas pelo aluno, perfazendo um total de 3.600 horas) foram encontradas nove disciplinas com convergências com a temática. Das nove, oito tratam o tema de forma inclusiva, sendo estas, sete obrigatórias e uma optativa/eletiva. Apenas uma trata o tema de forma exclusiva e é ofertada de forma obrigatória. Apenas quatro disciplinas apresentaram relação direta com a temática no recorte urbano.

Na Instituição Y, de um total de 71 disciplinas (sendo 53 obrigatórias e 3 optativas/eletivas que precisam ser integralizadas pelo aluno, perfazendo um total de 4.036 horas), foram encontrados quatro resultados, sendo três disciplinas inclusivas, com oferta obrigatória; e uma exclusiva com oferta obrigatória. Apenas duas disciplinas apresentaram aderência ao contexto urbano.

Já na Instituição Z, de um total de 69 disciplinas (sendo 44 obrigatórias e 1 optativa/eletiva que precisam ser integralizadas pelo aluno,

perfazendo um total de 4.480 horas) não foram encontrados resultados em nenhuma das classificações, o que demonstra uma escassez da abordagem do tema no ensino do curso.

No Quadro 4 apresenta-se a identificação das disciplinas que tiveram convergências com a temática da acessibilidade e do desenho universal em forma mais ampla (independente da relação com o contexto urbano), em virtude da escassez de resultados registrados na Tabela 1. São apontados os títulos, breve descrição do conteúdo, a carga horária (CH: em horas-aula; h-a) e a classe classificadora, das disciplinas selecionadas por apresentarem convergência com a temática.

Quadro 4 - Informações das disciplinas.

Instituição X				
Disciplinas	Breve conteúdo	CH	Período	Classe
Acessibilidade e mobilidade urbana	Desenvolvimento de conceitos básicos da acessibilidade e mobilidade urbana em projetos arquitetônicos e urbanísticos.	60	*	C2
Arquitetura de interiores	Desenvolvimento de projetos de ambientação através de estudos e aplicação de composição e linguagem na Arquitetura, a partir de pesquisas envolvendo materiais, cores e detalhamento dos elementos de arquitetura e equipamentos, observando soluções voltadas para a economia, sustentabilidade, acessibilidade e tecnologia.	40	*	C1
Fundamentos do TCC	Análise das possibilidades e orientação básica para a elaboração de propostas referentes ao trabalho de graduação, a partir da verificação do conjunto de possibilidades dentro do âmbito das atribuições do arquiteto. Enfatizam-se especialmente as situações problemáticas que podem permitir a elaboração de projetos sintonizados com os anseios da comunidade.	60	9º	C3
Instalações prediais especiais	Conhecimentos sobre instalações prediais consideradas especiais como competência básica para a elaboração de projetos arquitetônicos e de instalações, bem como noções de condução destes serviços.	60	8º	C3

Instituição X				
Disciplinas	Breve conteúdo	CH	Período	Classe
Legislação aplicada à Arquitetura e Urbanismo	Capacitação do profissional para exercício em conformidade à legislação e fiscalização do exercício profissional, com a atividade de elaboração de projetos para construção e as formas de inserção no mercado de trabalho.	40	8º	C3
Organização, planejamento e controle das construções	Transmissão de conceitos gerais sobre: a organização e gestão de escritórios de projetos de arquitetura e urbanismo e gerenciamento da construção; histórico, princípios, organização e administração da construção; o enfoque sistêmico, planejamento e o gerenciamento como ferramentas indispensáveis para o sucesso; o controle do processo de projeto; interfaces com o processo construtivo; gestão do projeto e da construção, direcionados aos parâmetros e ferramentas da “qualidade total”, produtividade, controle, perdas, desperdícios; organização do canteiro de obras, sua importância no planejamento, na otimização do processo e dos custos e a questão da segurança no trabalho, condições e meio ambiente do trabalho na indústria da Construção Civil; Preparação para Execução da Obra (PEO); metodologia para o processo de ocupação e pós-ocupação do edifício, visando à “qualidade total” na relação empresa e cliente.	60	9º	C3
Projeto I	Conceitos básicos de estrutura e sua relação com forma e função; Compatibilidade entre estrutura e arquitetura, considerando: lógica, estética e estabilidade; princípios de flexibilidade, modulação, projeto padrão e acessibilidade; compreensão das etapas do projeto arquitetônico; início do uso de metodologia projetual.	140	3º	C3
Projeto IV	Uso das normas de desenho de arquitetura e metodologia das etapas do processo projetual em arquitetura.	140	6º	C3

Projeto VI	Relação da obra com o contexto urbano. Detalhamento, especificações gerenciamento e coordenação de projetos complementares como etapas do processo projetual em arquitetura.	160	8°	C3
(*) Disciplinas optativas.				
Instituição Y				
Disciplinas	Breve conteúdo	CH	Período	Classe
Ergonomia, acessibilidade e desenho universal	Ergonomia, acessibilidade, desenho universal: conceitos, histórico, parâmetros, princípios, legislações e normas, pesquisas e metodologias de análise. Padrões e medidas antropométricas e o espaço. Ergonomia e acessibilidade nos espaços residenciais, comerciais, institucionais e urbanos. Aplicação do desenho universal em projetos de Arquitetura e Urbanismo.	60	2°	C4
Projeto de Arquitetura I	Projeto de arquitetura de uso habitacional do tipo unifamiliar. Aspectos compositivos, formais, conceituais, funcionais, construtivos, estéticos e sua relação com o contexto urbano. Metodologia do Projeto.	100	2°	C3
Projeto de Arquitetura II	Projeto de edificação com predominância do uso habitacional. Tipologia multifamiliar da habitação urbana. Teoria do Projeto.	100	3°	C3
Instituição Z				
Disciplinas	Breve conteúdo	CH	Período	Classe
Não foram encontrados resultados.				

Fonte: Adaptado de Machado, Melo e Oliveira, 2021.

Com a análise do Quadro 4, é possível perceber que as disciplinas selecionadas se voltam para as áreas de projetos arquitetônicos, legislações, práticas profissionais; de acessibilidade e desenho universal, em si, mesmo que em minoria (uma em cada instituição).

Embora as disciplinas projetuais objetivem um produto arquitetônico, notou-se que existe uma cobrança pela sua interlocução com o cenário urbano. Isso é importante para a formação de profissionais que projetem e se preocupem com o entorno e o contexto geral, de modo a proporcionar produtos de usos acessíveis e/ou universais.

Na Instituição X, as quatro disciplinas que convergem para o contexto urbano são “Projeto IV”, “Projeto VI”, “Fundamentos de TCC” e “Acessibilidade e mobilidade urbana”. As três primeiras tratam da temática de forma inclusiva, e quanto à condição de oferta, são obrigatórias na matriz curricular, ocupando assim a classe C3. Ressalta-se que as disciplinas de projeto pedem que as propostas projetuais levem em consideração o urbano, os entraves, as potencialidades, e as soluções que reverberem no cenário urbano. Já a disciplina de “Acessibilidade e mobilidade urbana” é uma disciplina que trata o assunto de forma exclusiva, todavia, é uma matéria eletiva/optativa.

Na Instituição Y há duas disciplinas que convergem para o contexto urbano. Uma delas é “Ergonomia, acessibilidade e desenho universal”, que é extremamente importante, pois trata o tema de forma exclusiva e é obrigatória para integralização do curso. Tal disciplina busca aplicar a visão de conceitos, normativas, práticas projetuais no produto da disciplina para que resultem em espaços residenciais, comerciais, institucionais e urbanos que contemplem acessibilidade e desenho universal. Sendo assim, pertence à classe C4, e é o único resultado que ocupa esta classe na presente pesquisa. A segunda disciplina é de “Projeto II” que envolve a relação entre forma e uso dos espaços, e suas inter-relações com o contexto urbano. Essa disciplina é inclusiva e obrigatória, e ocupa a classe C3.

Na Tabela 2 estão distribuídos os quantitativos das disciplinas que convergem para a temática da acessibilidade e do desenho universal, categorizadas em cada uma das classes qualificadoras, para cada uma das instituições analisadas, com os totais das cargas horárias em horas-aula (h-a).

Tabela 2 – Quantidade de disciplinas e totais em horas-aula por classe e instituição.

Classes	Instituição X		Instituição Y		Instituição Z	
	Total de disciplinas	Total de h-a	Total de disciplinas	Total de h-a	Total de disciplinas	Total de h-a
C1	01	40	-	-	-	-
C2	01	60	-	-	-	-
C3	07	660	02	200	-	-
C4	-	-	01	60	-	-
Total	09	760	03	260	-	-

Fonte: Adaptada de Machado, Melo e Oliveira, 2021.

Com isso, observa-se que a Instituição X apresentou maior número de disciplinas que tratam da acessibilidade e do desenho universal (09; 760 h-a no total; 21,11% do total da carga horária a ser integralizada pelo discente), com disciplinas em três classes diferentes, sendo a predominante concentrada na classe C3 (são 07 no total, com carga horária de 660 h-a) que são aquelas classificadas como inclusivas quanto à importância do tema e obrigatórias no que tange à condição de oferta.

A Instituição Y apresentou três disciplinas tratando a temática da acessibilidade e do desenho universal (contabilizando 260 h-a; 6,44% do total da carga horária a ser integralizada pelo discente). As três disciplinas estão divididas entre as classes C3 (02) e C4 (01). Duas delas abordam a temática de forma obrigatória, porém incluem outros assuntos, e uma aborda de forma exclusiva, que é a disciplina de “Ergonomia, acessibilidade e desenho universal”.

Já a Instituição Z não apresentou disciplinas convergentes com a temática em seu Projeto Pedagógico de Curso, ementas e objetivos. Contudo, é importante destacar que nos valores propostos no documento citado, estão a capacitação do profissional para atender às demandas sociais, com respeito à diversidade.

Na Tabela 3 estão discriminadas as disciplinas obrigatórias que tratam da temática, distribuídas por período de oferta, para cada uma das instituições. A escolha por apenas disciplinas obrigatórias se deu por assim ter como precisar o período de oferta nos cursos.

Tabela 3 – Quantitativos de disciplinas que apresentam convergências com a temática por período e instituição.

Instituições	Períodos										Total
	1°	2°	3°	4°	5°	6°	7°	8°	9°	10°	
Instituição X	-	-	01	-	-	01	-	03	02	-	07
Instituição Y	-	02	01	-	-	-	-	-	-	-	03
Instituição Z	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0

Fonte: Adaptada de Machado, Melo e Oliveira, 2021.

Observa-se que a Instituição X apresenta disciplinas convergentes de forma mais segmentada, iniciando no 3º período, após, no 6º, 8º e 9º períodos, o que pode indicar uma aproximação do discente com o tema ao longo de boa parte dos períodos até a integralização. Enquanto isso, a Instituição Y apresenta as disciplinas logo no começo do curso, no 2º e no 3º períodos.

Em geral, afirma-se que há uma escassez na oferta de disciplinas que envolvam a temática da acessibilidade e do desenho universal, sobretudo na Instituição Z. Embora a pesquisa tenha apresentado resultados nas outras instituições, eles são baixos e a maioria não os aborda de forma exclusiva.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A cidade é marcada por conflitos, dentre os quais, os que muitas vezes são considerados urgentes e importantes, são os econômicos. Contudo, o reconhecimento das necessidades e dos conflitos sociais marcados pela falta de oportunidade e a participação dos grupos mais vulneráveis, na vida plena da cidade, é crucial. Ter uma formação profissional que trate dessas questões com eficiência, faz com que as gestões públicas e privadas sejam mais conscientes e empáticas.

Esta pesquisa aplicada, de caráter descritivo, com abordagem quali-quantitativa teve o objetivo de apresentar como a acessibilidade urbana e o desenho universal são abordados nos cursos de Arquitetura e Urbanismo de Campos dos Goytacazes/RJ, de modo a capacitar os profissionais

para a produção e gestão de espaços seguros, inclusivos, dignos e que respeitem a diversidade social; e partiu-se da hipótese de um ensino mais superficial sobre a temática.

Para tal, além de uma breve fundamentação teórica sobre a temática, descrevendo e relacionando as influências da urbanização com a produção urbana não universal, foi realizada uma análise documental dos cursos de Arquitetura e Urbanismo de Campos dos Goytacazes/RJ, contemplando os projetos pedagógicos e as matrizes que perfazem os currículos de três cursos da cidade (UNIFLU, IFFluminense e ISECENSA).

Foram categorizadas em classes qualificadoras (C1, C2, C3 e C4) as disciplinas que tinham afinidade com o tema da acessibilidade e do desenho universal, pela importância dada ao tema (inclusivas ou exclusivas) e quanto à condição de oferta (optativas/eletivas ou obrigatórias). Apesar dos poucos resultados identificados, a maioria ficou classificada na classe C3, por se tratar de disciplinas obrigatórias, todavia, não abordam o assunto de forma exclusiva. Dois componentes trataram de forma exclusiva, sendo um obrigatório e outro optativo/eletivo, ambos pertencentes a uma instituição. Uma das três instituições não abordou a temática em seus documentos, motivo pelo qual a análise efetiva só conseguiu se dar por meio das Instituições X e Y.

Na realidade dos cursos de Campos dos Goytacazes/RJ, foi visto que por mais que em duas instituições as abordagens aconteçam, a maior parte é de disciplinas que não tratam a temática com exclusividade. Para garantir uma formação mais cuidadosa, com práticas inerentes à acessibilidade urbana e ao desenho universal, é importante incluir disciplinas que tratem exclusivamente e de forma obrigatória o tema, no decorrer do curso, para se ter um segmento. Mas, enfatiza-se a importância da continuidade da abordagem do tema em disciplinas mesmo que inclusivas, entendendo a importância de o tema atravessar o currículo em diversos pontos.

Em se tratando de um curso com múltiplas atuações, como o de Arquitetura e Urbanismo, e que as matrizes curriculares precisam abran-

ger todas as áreas correlatas, sugerem-se abordagens teóricas e projetuais do tema, nas aulas, em forma de palestras, “workshops” e minicursos.

REFERÊNCIAS

ABNT. Associação Brasileira de Normas Técnicas. **NBR 9050**: Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. Rio de Janeiro: ABNT, 2020.

BRASIL. **Lei nº 12.378, de 31 de dezembro de 2010**. Regulamenta o exercício da Arquitetura e Urbanismo no Brasil, cria o CAU – Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil; e dá outras providências. Brasília, DF, 2010.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, DF, 2015. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 25 fev. 2025.

BRASIL. **Resolução nº 1, de 11 de julho de 2025**. MEC – Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Institui as Diretrizes Curriculares para o Curso de Arquitetura e Urbanismo. Brasília, DF, 14 jul. 2025. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/resolucao-cne/ces-n-1-de-11-de-julho-de-2025-641605392>. Acesso em: 07 out. 2025.

BRASIL. **Resolução nº 2, de 24 de abril de 2019**. MEC – Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Institui as Diretrizes Curriculares do Curso de Graduação em Engenharia. Brasília, DF, 23 abr. 2019. 2019. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/abril-2019-pdf/112681-rces002-19/file>. Acesso em: 19 mar. 2025.

CARLETTO, Ana Cláudia; CAMBIAGHI, Silvana Serafino. **Desenho Universal** – métodos e técnicas para arquitetos e urbanistas. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2007. Disponível em: https://www.maragabrilli.com.br/wp-content/uploads/2016/01/universal_web-1.pdf. Acesso em: 25 fev. 2025.

DUARTE, Cristiane Rose de Siqueira; COHEN, Regina. ACESSIBILIDADE EMOCIONAL. **Blucher Design Proceedings**, [S.L.], p. 6-10, maio 2018. Editora Blucher. <http://dx.doi.org/10.5151/eneac2018-duarte>. Disponível em: <https://www.pro->

ceedings.blucher.com.br/article-details/acessibilidade-emocional-27866. Acesso em: 10 mar. 2025.

DORNELES, Vanessa Goulart. **Estratégias de ensino de desenho universal em Cursos de Graduação em Arquitetura e Urbanismo**. 2013. 351 f. Tese (Doutorado) – Curso de Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo., Centro Tecnológico, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2013. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/128827>. Acesso em: 12 ago. 2024.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 6. ed., São Paulo: Atlas, 2019. IFFluminense. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense.

RESOLUÇÃO N.º 12, DE 10 DE MARÇO DE 2020. Projeto Pedagógico do Curso de bacharelado em Arquitetura e Urbanismo *campus* Campos Centro. Campos dos Goytacazes, RJ, 2020.

ISECENSA. Institutos Superiores de Ensino do Censa. **Projeto Pedagógico do Curso de Arquitetura e Urbanismo**. s.d.

LEFÈBVRE, Henri. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.

MACHADO, Raiza Oliveira; MELO, Cássia Maria de Assis Rangel; OLIVEIRA, Sergio Rafael Cortes de. Arquitetura da Cidade e Sustentabilidade: Perspectivas curriculares da formação de arquitetos e urbanistas em Campos dos Goytacazes/RJ. In: 5º ENCUENTRO INTERNACIONAL LA FORMACIÓN UNIVERSITARIA Y LA DIMENSIÓN SOCIAL

DEL PROFESIONAL, 2021, Córdoba, 2021. **Anais do 5º Encuentro internacional la formación universitaria y la dimensión social del profesional**: hábitat, ciudadanía y participación. Organizadoras Nora Zoila Lanfri e Sylvia Adriana Dobry. Córdoba: Editorial de la Facultad de Arquitectura, Urbanismo y Diseño de la Universidad Nacional de Córdoba, 2021, p. 636-656.

ONU. Organização das Nações Unidas. **Objetivos do Desenvolvimento Sustentável**. 2018. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>. Acesso em: 25 fev. 2025.

QUEIROZ, Lilian Quelle Santos de. Desenho universal e acessibilidade arquitetônica: conceituações, distinções e aproximações. **Revista Geometria Gráfica**, [S.L.], v. 7, n. 1, p. 100-110, 21 dez. 2023. Universidade Federal de Pernambuco. <http://dx.doi.org/10.51359/2595-0797.2023.260611>. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/index.php/geometriagrafica/article/view/260611>. Acesso em: 24 fev. 2025.

UNIFLU. Centro Universitário Fluminense. **Projeto Pedagógico do Curso de Arquitetura e Urbanismo**. 2016.